TCU pede esclarecimentos a presidente do Banco Central

Brasília — O Tribunal de Contas da União intimou ontem o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, para no prazo de trinta dias prestar esclarecimentos por não ter enviado ao Tribunal o orçamento monetário de 1986. O TCU precisa do orçamento para usá-lo como subsídio à elaboração do relatório e parecer sobre as contas do governo.

O relator do pedido de informações, ministro Mario Pacini, estranhou que, passados mais de seis meses do exercício de 1986, o Tribunal ainda não tenha recebido o orçamento. "Ele expressa a quantidade de meios de pagamento destinados ao sistema econômico para um período subsequente e serve de instrumento de política monetária", explicou o ministro.

Apesar de não ver qualquer ameaça aos cofres públicos, Mario Pacini afirmou que "a omissão é prima-irmã da conivência e vem a ser contraparente da corrupção". Para o ministro, o Banco Central certamente há de ter explicação plausível para o atraso na aprovação do orçamento monetário para 1986.

— O assunto me toca profundamente. Ainda neste ano de 1986, por ocasião de apreciação das contas do governo, tive oportunidade de referir-me à tão necessária conciliação dos orçamentos monetário, fiscal e das estatais — disse o ministro. Acrescentou que "os orçamentos no

Brasil, já há alguns anos, deixaram de, ser instrumentos de planejamento para se tornarem meios exercícios econométricos, sem maiores preocupações para a realidade econômica ou mesmo com sua plena execução". Segundo Pacini, já não se fala em "lei de meios e portanto de cumprimento obrigatório, mas de simples orçamento que pode ou não ser cumprido".

Em sua justificativa para formular o pedido ao presidente do Banco Central, o ministro Mario Pacini afirma que "muito se tem criticado, em nossos dias, a situação híbrida onde se aglutinam as operações do Banco Central e do Banco do Brasil em documento único, misturando-se aplicações do setor bancário — próprias do Banco Central — com empréstimos ao setor não-bancário, típicos do Banco do Brasil. Este arranjo já cumpriu sua finalidade em outras épocas. Ainda recentemente se retirou do Banco do Brasil a característica de autoridade monetária".

— Causa estranheza que, decorridos mais de seis meses do exercício de 1986, o país ainda não tenha um orçamento monetário aprovado, pois esse documento, com aspectos contábeis, expressa a quantidade de meios de pagamento destinados ao sistema econômico para um período subsequente e serve de instrumento de política monetária.